

REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

Amadeu de Magalhães Queiroz¹
Maria do Socorro Medeiros Versiani Sal²
Nirley Nilza Silva³

RESUMO: Este artigo tem como premissa a Avaliação, falar de Avaliação é propor reflexões, temos muitos teóricos que fundamentam o tema, o que avaliar? Como avaliar, para que avaliar? Quais objetivos dessa avaliação? Qual a relevância dessa avaliação para o avaliado? São interrogações que permeiam e precisam estar bem claras, com propostas que possam fazer desse processo um meio para aprendizagem e qualificação. No amplo sentido da palavra avaliar, que está presente em nossas vidas desde sempre, cada um no seu momento com suas especificidades, sobretudo está sendo avaliado. É importante também se autoavaliar, será que a minha ferramenta ou o meu olhar está qualificado para tal análise? O conhecimento sobre o contexto sócio-histórico-cultural é suma de importância, pois somos seres únicos e protagonistas das próprias histórias.

Palavras- chave: Reflexões. Conhecimento e Avaliar.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho vem com o propósito de coadunar estudos, pesquisas, diálogos sobre como avaliar, o que esta Avaliação é importante e relevante para a formação humana do avaliado.

No entanto, é de suma importância de ressignificar mecanismos e ferramentas que estimulem os docentes a participarem efetivamente de Formações, que não seja só um corpo presente aguardando para assinar lista de frequência para receber certificações, infelizmente está é uma realidade que se observa, portanto, traçar estratégias que possam ser eficazes para quando avaliar estar seguro de que a avaliação está proporcionando reflexões para um possível aprendizado de qualidade. Sobretudo diálogos, discussões, estudos sobre como avaliar no momento de pandemia, em que as atividades eram remotas, a partir do feedback

¹ Licenciado em Artes Visuais pela UNEMAT / MT, 2017/2021. Efetivo da Rede Municipal de Educação de Cuiabá/MT.

² Licenciada em Pedagogia pela UNOPAR/PR- 2016. Servidora efetiva da Rede Municipal de Educação de Cuiabá/MT.

³ Licenciada em Pedagogia pela UNOPAR /PR 2007/2011 e Artes Visuais pela UNEMAT/MT 2017/2021. Especialista em Educação Especial, Educação Infantil e Pós-graduada em Psicopedagoga. Servidora efetiva da Rede Municipal de Educação de Cuiabá/MT

foi suficiente para uma avaliação sistêmica e eficiente? Entretanto, e o exercício da observação será de suma importância para interface da avaliação atual.

2. Breve Histórico

Este artigo perpassa olhares na amplitude da importância da Avaliação, enquanto espaço educativo, na visão de cada etapa de ensino e nos múltiplos olhares e conhecimentos para o processo avaliativo, são muito amplos o tema, contudo o tema será abordado partindo da conceituação e de objetos da avaliação dos estudantes, como também levantando questionamentos de como avaliar os estudantes nos momentos atuais.

São possibilidades para Formação Docente que precisa estabelecer relações com o novo, entretanto oportunizar os docentes que ainda não dominam as mídias, ferramentas que hoje fazem parte do cotidiano. Pensar em formação docente é fundamental para construir critérios de como avaliar.

Conseqüentemente, quando se pensa em Avaliar, está no binômio planejar, será avaliado o quê? A atividade, a aceitação dessa atividade, o estudante entre outras questões, nesse momento também é permitido o docente se avaliar, será que como executa ou planeja está correspondendo às expectativas do seu público-alvo?

445

Temos aportes teóricos que fundamentam a avaliação nas etapas e modalidades de ensino, o que norteiam esse processo avaliativo, entretanto é necessário que aprofundemos nesses aportes com o intuito de fazer a diferença no processo ensino aprendizagem e ter a Avaliação como meio de conhecimento, crescimento humano e não seja pêsaroso. Avaliar e ser avaliado, trazer para o contexto social com olhar empático e não reprovador.

A possibilidade de promover escolas em tempo integral é um desafio, no estado de São Paulo em 2006 foram implantadas Escolas de Tempo Integral (ETIs) no ensino fundamental em mais de 500 escolas com metas para ampliar e promover possibilidade no processo ensino aprendizagem.

Com isso o tempo do estudante na escola foi alterado, contudo, a organização curricular em consonância com os objetivos da política educacional e os dados referentes as vivências concretas se estabelecem uma relação a fim de avaliar os avanços, desafios e limites da implementação proposta para uma educação pública e de qualidade.

A partir de dados pesquisados e coletados em estudo de caso, tendo como referências (Teixeira (1977), Gramsci (2004), Manacorda (1990), Paro (1988) e Cavaliere e Coelho, 2002).

Segundo os autores acima citados, pode-se afirmar que a extensão da jornada discente não pode ser apenas uma questão de ampliação de tempo, mas de uma organização escolar que contemple e qualifique as atividades obrigatórias e as atividades de livre escolha do aluno.

No mínimo, as crianças brasileiras, que logram frequentar escolas, estão abandonadas em metade do dia. E este abandono é o bastante para desfazer o que, por acaso, tenha feito a escola na sua sessão matinal ou vespertina. Para remediar isso, sempre me pareceu que deveríamos voltar à escola de tempo integral (TEIXEIRA apud EBOLI, 1971, p. 15).

Para alcançar esse objetivo, as diretrizes preveem a “ampliação do tempo físico com a intensidade das ações educacionais” (SÃO PAULO, 2006b, p. 5), com esse intuito as matrizes publicadas pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP), preconiza o projeto a que melhor atenda a seus interesses e necessidades ETI.

A experiência brasileira, baseando-se nas Nações Unidas, representou um marco histórico em relação à implantação de escolas públicas, seja em tempo integral. O centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Bahia, buscava resgatar o aprimoramento, objetivando qualidade de ensino aprendizagem, pois os docentes passavam por aperfeiçoamento, a fim de combater a simplificação ocorrida nas escolas primárias brasileiras, na metade do século XX, com defesa clara na necessidade da universalização.

Segundo esses dados coletados houve uma mudança muito grande com relação à contratação de professores para trabalhar com oficinas curriculares, além de apresentar experiências comprovadas e títulos, outro requisito seria apresentar um plano de trabalho referente à sua proposta, ou seja, um projeto da oficina, realizar entrevista com a equipe gestora, na condição de escolha do diretor.

Essa pesquisa científica permite diálogos de diferentes abordagens teóricas, possibilitando a visibilidade intelectual, promovendo prestígio, criando oportunidades para aquisição de financiamentos para as atividades científicas.

Proporcionar Formação Continuada aos docentes para ter um ponto de partida sobre como vai acontecer o processo avaliativo, quais critérios serão considerados ao avaliar, cada qual na sua etapa de atendimento. Considerar os mecanismos e ferramentas que foram proporcionados para a avaliação no atendimento híbrida e remoto, que possa assegurar a veracidade da avaliação. Para as primeiras etapas da educação básica ainda tem docentes que são resistentes às novas metodologias e tecnologias. Redesenhar e reinventar são necessários para o atendimento atual, onde muitos trazem o luto como sequela desse momento pandêmico.

A Formação continuada está prevista aos docentes, os órgãos mantenedores ofertam essa possibilidade de estar inserindo saberes contemporâneos para a clientela cada vez mais desafiadora. É de muito instigante e desafiador estabelecer relação nessa diversidade de atendimento, nesse universo plural, é muito bom poder olhar e ver que a cada dia é um objeto novo que se avalia, caracteriza que essa formação e formadores precisam estar ressignificando conhecimento e saberes.

Essa proposição está relacionada à autonomia de ser protagonista de sua própria história, como também propor conhecer e reconhecer o espaço educativo em que está inserida, a sua história, a sua cultura, o poder socioeconômico de sua clientela, com esse conhecimento e olhar sensível, cada pessoa/estudante é ser único, na sua singularidade.

Segundo a proposta Pedagógica do município de Cuiabá, 2009, a educação infantil tem como eixo interações e brincadeiras, tendo o olhar para este ano atípico processo avaliativo das crianças ficou comprometida devido a inúmeros fatores, diante de tantas dificuldades apresentadas, tanto pelos docentes, pelos pais e até mesmo pelas crianças com idade de o(zero) há 3 anos e onze meses.

“Focauld Saraiva e Vasconcellos são” alguns dos autores que dão reforço à relação desenvolvimento e sustentabilidade pela avaliação argumentar a necessidade de processo de avaliação para a sustentabilidade de aprendizagem, desenvolvimento e desempenho nos meios acadêmicos da educação, ambientais e organizacionais”.

Considerando o pensar “Avaliação” nas várias etapas que são realizadas no percurso da trajetória escolar. Buscar novas possibilidades que possam conduzir com leveza o processo de Avaliação, que geralmente o nome já causa pane, desmistificar a Avaliação. Propor estudos, pesquisas, diálogos sobre como avaliar, o que esta Avaliação é importante e relevante para a formação humana do avaliado.

Analisar e refletir sobre os resultados anteriores da Avaliação, pontuar os positivos e negativos, esses resultados refletem na Avaliação Institucional, resultados do IDEB;

Considerar e conhecer o contexto histórico, social e cultural da realidade do objeto a ser avaliado do aluno com suas especificidades, a sua cultura, sua etnia, a pluralidade de inclusão entre inúmeros fatores que singularizam cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre Avaliação nos remete a uma expectativa de aprovar ou reprovar, de uma promoção, é muito complexo no meu entendimento contextualizar, pois vivemos em uma

sociedade onde não à equidade, os direitos são assegurados por lei, porém não são respeitados e as oportunidades ficam seletivas.

Partindo desse pressuposto, a avaliação é uma linha tênue, onde se propõe igualdade na construção de ferramentas e critérios avaliativos, tratando todos com os mesmos direitos que são assegurados, entretanto, com realidades diferentes, contexto socioeconômico cultural muito distinto.

Contudo, a avaliação precisa acontecer, no sentido de estimular o crescimento humano, oportunizar o processo ensino aprendizagem com dignidade e respeito. Olhar com empatia.

Sabemos que tanto a rede estadual como municipal ofertam nas escolas salas de apoio, reforço e outras denominações, por vivência própria presenciei um docente que atende essa clientela no contra turno recebe do professor regente a relação das crianças que apresentam dificuldades, porém muitas dessas crianças faltam muito, devido a inúmeros fatores inclusive ausência da família, contudo o estímulo, o apoio, a generosidade em assumir esse compromisso social em buscar essa criança/estudante para escola, acolher e colocar em prática aquilo que este previsto e proposto não deixar nem um aluno para trás, no entanto, quando o estudante está presente não o chama por não acreditar que o mesmo possa ser inserido de fato no processo, entretanto quero pensar que é foi um fato isolado, porém maculou o olhar.

Diante de esse olhar é que se percebe a desigualdade, como vai usar o mesmo critério de Avaliação para realidades distintas?

A importância da avaliação para melhorar as práticas pedagógicas, contudo subindo o IDEB, a escola onde o IDEB avança o olhar para essa instituição, ou seja, para os gestores é de promoção, assegura mais recursos financeiros para ampliação e melhorias na infraestrutura, entre outros benefícios.

Temos teóricos que norteiam e embasa esse trabalho de pesquisas, como também relato de estudo de casos vivenciados.

Boas práticas pedagógicas reverberam na educação, tornando o processo avaliativo exitoso como também a trajetória para o processo ensino aprendizagem de qualidade.

Há exemplo do estado de São Paulo em 2006, Geraldo Alkimim implantou, atendimento onde as crianças entravam na escola as 07:00 hs e permaneciam até as 16:10hs; o Governador implantou a extensão de horários, porém não as estruturou, não planejou a

organização desse atendimento, propôs aos alunos e não reestruturou as escolas, nem formação para qualificar os docentes adequando para o atendimento. Conseqüentemente gerou uma série de fatores para evasão escolar.

Segundo Anísio Teixeira, as escolas deveriam suprir as deficiências das demais instituições, todas elas em estado de defensiva e incapaz de atender com segurança seus objetivos. Essa experiência ofereceu os parâmetros para situações sucessoras no âmbito da escola pública, com destaque para o centro Integrado de educação Pública CIEPA.

A contribuição de GUARÁ, 2006, p.18 [...] ensino regular complementado por atividades de acompanhamento pedagógico individualizado, recreação, oficinas e cursos variados, atividades na área esportiva, artística e ensino de línguas, além de passeios a museus, exposições e parques. Essas contribuições fortalecem, acrescentam e criam possibilidades para o desenvolvimento e conhecimento de mundo.

Quando o docente reconhece no educando habilidades de aplicabilidade aos conhecimentos e criatividade, torna-se prazerosa, tendo como uma das características do homem é a sua capacidade de se reinventar e adaptar-se a situações diversas e transformam o ambiente para poder explorá-lo e melhor utilizá-lo.

Considerando as concepções apresentadas, concluímos que por mais que tenhamos inúmeras fontes de pesquisas que embasam as práticas no processo avaliativo, na prática, enquanto cotidiano escolar ainda está engatinhando.

Observamos a lacuna existente entre a proposta de avaliação para a ação do avaliar.

O estímulo para a participação efetiva na Formação complementar para os docentes, pensamos que também precisa ser avaliado, ser revista como alcançar os maiores números de docentes, capacitá-los, qualificá-los.

Perde-se o interesse no meio do caminho e quando chega o processo avaliativo, avalia aquele momento e não o caminho percorrido até ali. Tornando a avaliação ineficiente e injusta, podendo causar danos irreparáveis ao avaliado.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 2. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999.

BORGES, L. F. F. A escola de tempo integral no Distrito Federal: uma análise de três propostas. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação,

Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1994.

BRASIL. Decreto nº. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estado, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 6º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 2007.

CASTRO, A. A escola de tempo integral: a implantação do projeto em uma escola do interior paulista. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2009.

CAVALIERE, A. M. V.; COELHO, L. M. C. (Org.). Educação brasileira e(m) tempo integral. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

EBOLI, T. Uma experiência de educação integral: Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Rio de Janeiro: FGV: INL, 1971.

EM ABERTO. Brasília, DF, v. 21, n. 80, abr. 2009. Disponível em: . Acesso em: dez. 2009.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Perfil municipal. São Paulo, 2008. Disponível em: . Acesso em: 2008.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. GUARÁ, I. M. R. É imprescindível educar integralmente. Cadernos CENPEC, São Paulo, ano 1, n. 2, p.15-24, 2006.

INEP. O que é o SAEB. Brasília, DF, 2005. Disponível em: . Acesso em: set. 2009. LOPES, R. E. Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional. 1999. 539 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

LUNKES, A. F. Escola em Tempo Integral: marcas de um caminho possível. 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica de

Brasília, Brasília, DF, 2004.

MANACORDA, M. A. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: _____. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, C.; RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.

O PACOTE FEBEM. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 mar. 2005. Editorial. Disponível em: . Acesso em: nov. 2008.

PARO, V. H. et al. Escola de tempo integral: desafio para o ensino público. São Paulo: Cortez; São Paulo: Autores Associados, 1988.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Construção de uma proposta ciclos I e II. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2007.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Escola de Tempo Integral: tempo e qualidade. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006b.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Relatório Pedagógico do SARESP 2007. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2008.

451

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Relatório SARESP 2005. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006a.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Resolução SE nº 89, de 9 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Projeto Escola de Tempo Integral. São Paulo, 2005. Disponível em: . Acesso em: 31 maio 2011.

TEIXEIRA, A. S. Educação não é privilégio. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1977. Recebido em: 23/02/2010 Aceito para publicação em: 02/02/2011